Espaço em Revista | 2010

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

AS COMPLEXIDADES MARCAM O QUADRO AGRÁRIO DO BRASIL: um olhar reflexivo do assentamento Maria Zilda em Cordeiros (BA)

Ana Paula Novais Pires[1]
anageografa@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata-se de um relato de experiência que objetiva, a partir da situação do quadro agrário do país, refletir acerca da dinâmica do assentamento Maria Zilda em Cordeiros (BA), um movimento que traz consigo peculiaridades internas, tendo como instrumento principal a observação da área durante a aula de campo realizada na disciplina Geografia Agrária na Universidade do Estado da Bahia em 2006.
Palavras-chave: Estrutura Fundiária. Reforma Agrária. MST. Assentamento Maria Zilda (BA).

THE COMPLEXITIES MARK THE AGRICULTURAL SCENE OF BRAZIL: A reflective view of the Maria Zilda nesting on Cordeiros (BA)

Abstract: The present work it is an experience that aims, from the agrarian situation in the framework of the country, reflect on the dynamics of the settlement Maria Zilda in Cordeiros (BA), a movement that brings internal peculiarities, having as main instrument the comment of the area during the lesson of Agrarian Geography in the University of the State of the Bahia, in 2006.
Key Words: Agrarian Structure. Agrarian Reform. MST. Nesting Maria Zilda (BA).

Introdução

A modernização da agricultura no Brasil teve sua gênese na crise agrícola que ocorreu por volta de 1960, na qual se propagou o envolvimento popular frente aos problemas e às questões rurais do país. Porém, as políticas implementadas se destinavam especialmente às grandes fazendas transformadas em empresas rurais para atender ao mercado externo e a produção agroindustrial, o que tornou a

[1] Geógrafa - UNEB. Especialista em Análise do Espaço Geográfico – UESB. Mestranda em Geografia – UFG.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

situação agrária cada vez mais delicada. As conseqüências disso foram, além da pobreza do homem do campo e marginalização do pequeno proprietário e do trabalhador rural, conflitos pela posse da terra, êxodo rural devido à impossibilidade de se garantir um lugar no mercado.

Desse modo, o presente trabalho trata-se de um relato de experiência que objetiva, a partir da análise da questão agrária no país, refletir acerca da dinâmica do assentamento Maria Zilda no município de Cordeiros (BA).

O trabalho foi dividido em duas etapas, a saber: primeiramente foram coletadas informações a partir da visita às dependências do assentamento, bem como durante uma "roda de conversa" entre os alunos do IV período do curso de Geografia, na Universidade do Estado da Bahia - Campus VI, e os assentados, além da verificação da realidade local como desmistificação do que é recorrentemente exposto pelos meios de comunicação. A segunda etapa constituiu-se na pesquisa bibliográfica acerca do tema para a construção do referencial teórico.

Reflexões acerca do quadro agrário brasileiro atual

A luta pela terra no Brasil vem desde a invasão européia por ocasião das grandes navegações, momento em que os indígenas foram expulsos de suas terras. A exploração das terras brasileiras por meio das capitanias hereditárias foi, sem dúvida, um dos condicionantes da estrutura fundiária do país, o que significa dizer que as características sócio-econômicas ligadas à agricultura de exportação são agentes que conduzem até hoje a questão agrária do Brasil. Na verdade, o panorama da agroindústria dinamiza a maior parcela da economia brasileira, favorecendo a ideologia da riqueza do agronegócio. Observando o quadro nos dias atuais são perceptíveis os impasses de ordens diversas que impossibilitam a reforma agrária no território brasileiro, o que é ratificado por Fernandes (2003),

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

quando mostra que o território do agronegócio representa um santuário que não pode ser violado para políticas de reforma agrária.

A Lei das Sesmarias evidencia como o período colonial teve reflexos intensos na formação da estrutura fundiária brasileira, pois tal lei tinha nas suas matrizes a distribuição de terras de acordo ao número de escravos que o senhor possuía, ou como afirma Moreira, "a Lei das Sesmarias consagra este preceito ao estabelecer como critério da distribuição da propriedade da terra que a extensão de direito senhorial é proporcional ao seu plantel de escravos" (1990, p.14). Desta forma, a agricultura comercial, via interesses capitalistas, conduziu a uma distribuição irregular de terras no Brasil.

A reforma agrária nada mais é do que um conjunto de diretrizes que objetivam a distribuição equalizada da terra, propagando o acesso ao cultivo às diversas camadas sociais. Nesse caso, este processo traz consigo contradições, uma vez que para alcançar o objetivo da reforma é necessária a extinção dos grandes latifúndios que a cada momento histórico da economia brasileira propagaram a formação de grandes monoculturas. Além disso, a dinâmica dos latifúndios possui um aparato de mecanismos que difunde a formação destas grandes propriedades de terras, o que dificulta sua igual distribuição.

A estrutura fundiária do Brasil é caracterizada por disparidades acerca do direto a terra. Assim, o desenvolvimento de uma nação, especialmente na organização social, territorial e rural perpassa por uma gestão de fatores diversos que garanta o equilíbrio social.

A agroindústria mobiliza o uso de grandes hectares de solos e influencia de forma negativa no tocante à distribuição igualitária da terra brasileira, refletindo não só na produção de alimentos, como também na falta de moradia, emprego, uma vez que o homem sem a terra para cultivar torna-se mais vulnerável no processo excludente da globalização e corre o sério risco da marginalização nas cidades.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

A modernização da agricultura provocou uma variedade de impactos negativos que intensificaram as complexidades intrínsecas à estrutura fundiária, uma vez que reduziu a oferta de emprego no setor, bem como aumentou o uso do solo por grandes monoculturas. A agricultura comercial é caracterizada pela formação de grandes latifúndios, da maquinaria industrial e dos grandes investimentos bancários que, por sua vez, interferem na agricultura camponesa. Nesse contexto, de acordo com as várias leituras, a modernização da agricultura é sinônimo não só de mecanização na lavoura, mas também considera todas as relações sociais na produção.

A agricultura destinada à exportação traz consigo a luta do homem pela terra e as variações nas relações de produção têm como indicadores fundamentais a maneira como se estabelece o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo.

Há aumento crescente das exportações de produtos agrícolas, principalmente a soja, o milho, a carne bovina, o café e mais recentemente os biocombustíveis. Este último produto aparece como um agente marcante na produção de alimentos, e surge como um fato significativo na formação de grandes monoculturas, portanto, uma gama de problemas para a reforma agrária do país. O aumento das exportações atua na propagação do desenvolvimento pelo governo, na entrada de divisas, superávit, mascarando as verdades nesse jogo matemático.

Refletir sobre os grandes latifúndios é desvelar situações como o fato dos latifundiários agirem ilegalmente no tocante à posse da terra, ou seja, a grilagem de terras via documentação irregular, dentre outras façanhas que propiciam a formação dos latifúndios, ratificando a herança de desigualdade no acesso a terra, marca da estrutura fundiária no país.

Breves considerações sobre a estrutura fundiária na Bahia

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

A luta pela terra na Bahia tem marco histórico entre o final do século XIX e começo do século XX, com os movimentos messiânicos que surgiram da integração de camponeses expulsos de suas terras, como por exemplo, Canudos, liderado por Antônio Conselheiro.

A estrutura fundiária baiana é caracterizada primeiramente pela concentração de terras para a agricultura de exportação. Além disso, a distribuição de terras no estado está intrinsecamente ligada às áreas com elementos geoambientais favoráveis à produção agrícola. O cultivo do cacau, por exemplo, no Sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna) influenciou de forma significativa na formação de grandes latifúndios por volta do século XIX, sendo que o principal centro de comercialização foi a cidade de Salvador.

A ocupação do Extremo Sul da Bahia teve início a partir da criação de entrepostos para envio de pau-brasil para Portugal no século XVI. A partir do século XVIII, quando a Capitania de Porto Seguro passou a fazer parte da Capitania da Bahia, surgiram vilas e povoados e intensificou-se a exploração madeireira. A partir do século XIX, a região tinha como principais atividades, além da extração de madeira, a produção de alimentos como a farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, bem como a pesca.

Na maior parte da Região do São Francisco destaca-se a pecuária extensiva de gado bovino de corte. Este fator condicionou a formação de grandes latifúndios. Já a Região da Serra Geral da Bahia se apresenta como a que tem os menores índices de concentração de terras, sendo que entre anos de 1980 e 1985, a Serra Geral encabeça a lista das microrregiões com menores índices GINI, uma relação que considera a máxima desconcentração e a concentração absoluta de terras (SILVA e MENDES, 1998). A pecuária é um dos agentes que condicionou a estrutura fundiária da Serra Geral. Além disso, a referida atividade está ligada ao

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

surgimento de alguns municípios, como Brumado e Caetité. Com a expansão da pecuária desenvolveu-se o cultivo de produtos alimentares e comerciais, como o algodão, principalmente no município de Guanambi.

A região da Serra Geral possui uma atuação "mais amena" do capital em relação à região litorânea ou ao oeste, responsável por 100% da produção de soja da Bahia, representando 73,1% da produção nordestina e 4,6% da produção nacional (IBGE, 2002). Por conseguinte as terras são menos concentradas, sem os mecanismos da maquinaria avançada. Municípios como Caetité, Brumado, Ibiassucê e Cordeiros apresentam um cenário agrário caracterizado na sua maior parte pelas "pequenas roças". Mas isso não significa dizer que a região não conta com grandes latifundiários, pois estes apenas aparecem de maneira não expressiva em comparação com o quadro agrário do país.

Quanto aos assentamentos rurais, dados do DATALUTA de 2009 mostram que a Região Nordestina se destaca no país, sendo que a Bahia ocupa o 2° lugar no *ranking* de ocupações com 18,1% e 14,4% de famílias assentadas.

A reforma agrária e o MST: breves reflexões

Os sinais do processo colonial que conduziram a estrutura fundiária do Brasil via Lei das Sesmarias e das grandes monoculturas estimularam a formação de novos arranjos no espaço rural, por conseguinte surge o MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Assim, os posseiros modernos multiplicaram-se e os Sem Terra surgem na década de 80 provenientes não só desse fenômeno, como da desapropriação de suas terras pela marcha da grande lavoura, em particular da cana de açúcar na febre do pró-álcool e da soja principalmente no Sul do Brasil (SILVA, 2004).

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

O fortalecimento do MST condicionou a integração das lutas no campo, visando uma melhor condição social, bem como propaga uma divisão igualitária da terra. Diante da inexistência de políticas públicas que facilitem o acesso à terra a todos, o movimento vem crescendo e ao lado dele um jogo de complexidades, de análises e especulações diversas. O MST alicerça suas ações segundo a Constituição que afirma competir à União a desapropriação de áreas que não cumpram seu papel social (MACHADO *apud* SANDRONI, 2000).

As manobras que marcam as complexidades do quadro agrário perpassam na maior parte do território brasileiro por grandes extensões de terras improdutivas e latifundiários que, em muitos casos, adquirem áreas via grilagem de terras, o que propagam os impasses que afetam principalmente os mais pobres. Um dos fatos que caracteriza a especulação acerca do movimento está ligado à questão dele se instalar em fazendas consideradas produtivas, de acordo com a visão dos fazendeiros, como também da imprensa e de outras forças sociais contrárias.

Há grandes extensões de terras sem produtividade nas mãos de poucos, portanto, a criação de leis mais eficientes no tocante a "terra cumprindo sua função social" são imprescindíveis. A função social da propriedade rural é vista no Artigo 186 da Constituição Federal, sendo cumprida quando atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências aos seguintes requisitos: a) aproveitamento racional e adequado; b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; c) observância das disposições de trabalho; d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Ao verificar a evolução da situação agrária brasileira, percebe-se que pouco mudou quanto à distribuição da terra, comprovando as dificuldades do MST na construção de um processo que garanta o acesso a terra.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

O Assentamento Maria Zilda em Cordeiros (BA): peculiaridades na dinâmica interna

Os dados referentes à aula de campo serviram de base para a construção do relato de experiência. Para tanto, as anotações foram feitas numa espécie de diário de campo com as impressões do observador das condições *in loco.* As considerações sobre a história do assentamento foram passadas pelo coordenador numa "roda de conversa" no casarão da fazenda, troca de saberes e perspectivas entre os alunos do IV semestre do curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Universidade do Estado da Bahia, *Campus* de Caetité e os assentados.

O assentamento Maria Zilda, localizado nas coordenadas 15°02'S e 41° 56'W, assim nomeado em homenagem a uma antiga assentada, fica situado no município de Cordeiros, 15°03'S e 41°56'W, a aproximadamente 2 km do perímetro urbano. Cordeiros localiza-se na Microrregião de Brumado, Mesorregião Centro Sul da Bahia e Região Econômica da Serra Geral (CEI, 1994), sua área é de 555 Km² (GeografAR, 2005). Limita-se com Condeúba à Oeste, Piripá à Leste e Minas Gerais ao Norte. Possui clima semiárido, período chuvoso de novembro a janeiro, está 100% inserida no polígono das secas e a distância à capital é de 674 km (CEI, 1994). Sua população total é de 8.518 habitantes (IBGE, 2007).

As antigas dependências da Fazenda Alegria, berço da oligarquia que dominava a cena política e, por conseguinte, econômica entre os municípios de Condeúba e Cordeiros, hoje faz parte do assentamento Maria Zilda (Foto 1).

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145



Foto 1: Entrada do Assentamento.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

O antigo proprietário era um influente deputado baiano, porém tinha a sua propriedade de terra apenas como "dote", o que motivou um grupo de Cordeiros, sem terra e sem condições de sustentação no meio urbano, sob orientação da CPT de Vitória da Conquista (BA), a ocuparem as terras da fazenda, reforçando a idéia de Fernandes (2003) sobre a importância do território nos embates do MST e a diferença de forças entre os sem terra e os latifundiários. A arquitetura do casarão colonial e a imponência da aristocracia rural no passado podem ser verificados nas fotos 2 e 3.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145



Foto 2: Sede da antiga Fazenda Alegria.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.



Foto 3: Sede da antiga Fazenda Alegria.
Fonte: Uniblog, 2009.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

Durante a visita ao assentamento Maria Zilda no município de Cordeiros - BA, foram visualizados condicionantes que proporcionaram um entendimento mais profundo no que diz respeito ao MST. Num primeiro momento pôde-se perceber que a antiga "casa grande" era habitada por parte dos assentados, os outros construíram suas habitações simples. Mesmo com elementos díspares quanto à habitação, ou seja, a ainda desestruturada condição, não significa dizer que os assentados vivam na mesma situação vista nas periferias. Sendo questionados sobre as condições no local, os assentados foram unânimes em afirmar que vivem bem, pois têm seu "pedaço de terra" para cultivar.

As primeiras famílias foram assentadas em 2005, possuindo cerca 54 famílias numa área de 5.408 hectares. As crianças utilizavam as unidades de ensino de Cordeiros, pois no assentamento não havia escola (considerando dados de 2006).

A vegetação da área encontrava-se preservada, apresentando caatinga e floresta estacional na maior parte. Nas áreas de uso do solo para agricultura, destaque para a pastagem com a presença de algumas árvores ao longo do pasto.

Segundo o líder do assentamento, os cultivos realizados eram feijão (Foto 4), mandioca, milho e hortaliças. Destacava-se, ainda, a pequena criação de bovinos e eqüinos que servem no processo de manejo do solo.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145



Foto 4: Plantação de feijão.
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

No decorrer da visita foi percebido que as práticas buscam mitigar os impactos ambientais, como por exemplo, a não adoção da limpeza da área por meio da queima, a proibição da caça, além da rotação de culturas. Desse modo, o cuidado com o meio de reprodução da vida dos assentados está intrínseco à cultura destes, em contraste com os latifúndios que propagam a visão imediatista do capitalismo e a destruição dos recursos naturais.

O processo produtivo conta com o uso de técnicas agrícolas dos próprios assentados e a produção é vendida de acordo a opinião de cada família. Já existe um projeto de um pequeno engenho para a produção da rapadura e melaço, no intuito de melhorar a renda dos assentados, pois às vezes a necessidade de trabalhar em outras fazendas é latente. Contudo, tal fato não dispersa os assentados no tocante ao ideal de resistência no assentamento. Nesse contexto, Fernandes (2006) afirma que as famílias assentadas produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, assim, ao serem assentadas não produzem apenas

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

mercadorias, mas criam e recriam sua existência. O autor ainda analisa que a luta pela terra é *a priori* a ocupação e *a posteriori* também, com a resistência chamada de assentamento ou acampamento.

Diante desse panorama, o presente trabalho caminha para a reflexão da dinâmica do assentamento Maria Zilda em Cordeiros (BA) frente à problemática da reforma agrária no/do Brasil. A realidade vivenciada na visita ao assentamento é bastante diferente do que é noticiado quando o assunto é o MST. Os assentados acreditam que a situação agrária no país pode mudar mediante principalmente ao engajamento popular e não há históricos de conflitos, mesmo quando a fazenda foi ocupada. As Fotos 5 e 6 referem-se, respectivamente, à algumas crianças que residem no assentamento, estas carregam o legado da luta pela terra, por um futuro mais digno, bem como algumas das casas dos assentados.



Foto 5: Crianças no assentamento Maria Zilda.
Fonte: CPT/ Caetité – BA, 2005.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145



Foto 6: Casas de alguns dos assentados**.**
Fonte: Trabalho de campo, 2006.

É sabido que a produção ainda é pequena, porém há um maior respeito ao meio ambiente, à cultura, enfim, não há intencionalidades mesquinhas em relação ao lucro obtido pela produção e/ou pelo valor intrínseco a terra. Tal valor está também na luta pela conquista da terra, no suor diário do cultivo, na coragem em enfrentar as políticas que recorrentemente beneficiam a herança latifundiária no país. Fernandes (2003) atesta que Lênin (1985) e Kautsky (1986), grandes estudiosos da questão agrária, mostram que tal situação nada mais é do que a luta pela resistência para que os camponeses prossigam sendo produtores familiares, persistam na luta contra o capital, ainda que tais autores tenham prenunciado o fim do campesinato por conta da exclusão capitalista.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

Considerações finais e perspectivas do Assentamento

Muitos assentamentos carecem ainda de maior estrutura no que tange às condições dos assentados, por exemplo, habitação, saneamento básico, escolas. Vê-se, portanto, a luta desses trabalhadores pela garantia dos seus direitos como quaisquer cidadãos.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra de Caetité (BA), a área do assentamento Maria Zilda é uma espécie de barreira para ladrões de madeiras e até fazendeiros do Estado de Minas Gerais que querem expandir o plantio de eucalipto para a Bahia. Assim, o obstáculo entre a biodiversidade e a devastação causada por silviculturas como o eucalipto é o assentamento.

O estudo realizado com base no parâmetro "um olhar reflexivo do Assentamento Maria Zilda" demonstra a intensidade e a diversidade acerca da questão agrária do Brasil, bem como verifica os impasses sofridos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra frente à problemática da reforma agrária no país. Um dos grandes problemas dos assentamentos, senão o principal, é o não amparo às famílias assentadas, a inacessibilidade ao crédito agrícola, à falta de assistência técnica.

Destarte, a estrutura fundiária do Brasil está longe de contemplar as normas de um governo democrático, pautado na igual distribuição de terras, que por sua vez conduz à fixação do homem no campo, evitando o surgimento de impasses como a falta de moradia nas grandes cidades, a violência, dentre outros impactos que provocam a desordem da sociedade. Questões como a bancada ruralista no Congresso Nacional fazem coro ao latifúndio, propagando a herança da desigualdade, um efeito dominó maléfico ao bem estar da população rural e/ou urbana.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

A formação do assentamento Maria Zilda em Cordeiros, Bahia, mostra que as terras da antiga Fazenda Alegria passaram de não produtivas à terra de trabalho, ou seja, é uma conquista, a materialização da luta pela terra, pelo direito à reprodução da vida, da cultura.

Referências

ANDRADE, M. C. de. Vida camponesa: cultura e tradição; sociedade e reforma agrária no Brasil. In: _____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 67-76.

_____ . **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2009.

CEI – **Centro de Estatísticas e Informações Básicas dos Municípios Baianos.** Região Serra Geral. Salvador, 1994.

CPT – **Comissão Pastoral da Terra (Caetité – BA)**. Disponível em: < http://fotolog.terra.com.br/cptcaetite:3>. Acesso em: 10 ago. 2009.

DATALUTA – **Banco de dados da luta pela terra**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/dataluta/>. Acesso em: 18 set. 2010.

FERNANDES, B. M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social:** novas **c**onfigurações do campo brasileiro. Disponível em: <http:// www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2009.

_____. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/Desenvolvimento_territorial.pdf>>. Acesso em 18 set. 2010.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 25 jan. de 2011

_____ . **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MACHADO, M. F. **Reforma agrária:** uma análise preliminar do Assentamento Rio do Paraíso**.** Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj10/artigo06.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2009.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MST – **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2009.

OLIVEIRA, A. U de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

PROJETO GEOGRAFAR – **A geografia dos assentamentos na área rural**. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 26 jul. 2009.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 2000.

SILVA, D. N.; MENDES, L. G. **Variação da estrutura fundiária no Estado da Bahia.** Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/fundiaria.htm>. Acesso em 03 ago. 2009.

SILVA, L. R. O novo Brasil agrário: modernização sem mudança? In: _____. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 90-109.

ISSN: 1519-7816 vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 128 - 145

SZMRECSANYL, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: contexto, 1998.

UNIBLOG – Disponível em: <http://www.uniblog.com.br/levon/392906/casarao-de-coroneis-e-assentamento-do-mst.html>. Acesso em: 10 ago. 2009.